

UMA LEITURA GEOGRÁFICA DE MUDANÇAS CULTURAIS NO SEMI-ÁRIDO PROVOCADAS POR MUDANÇAS TÉCNICAS

Ana Maria Matos Araújo¹

Sérgio Cesar de França Fuck Júnior²

RESUMO

Esta comunicação de pesquisa sintetiza teoria e prática, relatando-se a experiência de implantação de um projeto técnico-agronômico na localidade de São Bento – Quixeramobim – CE - Brasil - e as mudanças culturais provocadas pelo advento dessas novas técnicas neste local marcado pela semi-aridez.

ABSTRACT

This research publication synthesizes theory and practice, expounding the implementation experience of a technical-agronomic project in São Bento – Quixeramobim – CE - Brazil – and the cultural changes promoted by the advent of these new techniques in this place designated by its semi-aridity.

Introdução

Registramos neste trabalho a pesquisa de campo realizada na localidade de São Bento, distrito de Maniutuba, no município cearense de Quixeramobim, em outubro de 2000, onde se desenvolve a implantação do projeto-piloto do macroprojeto “Pingo d’Água” (Prefeitura Municipal) desde 1998. Trata-se de um projeto de hortifruticultura com técnicas modernas de cultivo e manejo, com captação de recursos hídricos do subsolo para abastecimento e irrigação. O projeto conta com o aporte financeiro-institucional dos Governos Municipal e Estadual e a assistência técnica de especialistas franceses, mediante convênio entre a Universidade Estadual do Ceará - UECE (Fortaleza, Brasil) e a Universidade François Rabelais (Tours).

O Projeto visa à capacitação dos produtores para a produção de mercado, reduzindo a dependência direta das chuvas e das culturas de subsistência, aproveitando o potencial dos recursos hídricos subterrâneos e dos solos de aluvião, para conseqüente melhoria do nível de qualidade de vida da população local.

Na pesquisa de campo, procuramos captar as principais mudanças culturais verificadas a partir da introdução dessas modernas técnicas de produção, numa abordagem antropológica, observando o processo histórico de organização da comunidade, a participação e relação entre os diversos atores sociais e o contexto no qual se inseriu a experiência, na perspectiva de um estudo da geografia local.

Como técnica de investigação, utilizamos a observação e a entrevista semi-estruturada, sempre partindo de um tema central, complementado por formulações individuais do grupo de seis pesquisadores, tendo sido entrevistados três produtores e um líder comunitário. As

¹ Economista, mestranda em Geografia pela UECE, técnica do IPLANCE – Fortaleza.

² Geógrafo, mestrando em Geografia pela UECE, ex-técnico da COGERH – Fortaleza.

anotações de cada pesquisador foram discutidas e reconsideradas em grupo, com a participação de quatro técnicos e estudantes franceses, onde foram inseridas as observações individuais e as entrevistas com familiares, mediante perguntas diretas (os cooperadores técnicos neste trabalho estão citados na Bibliografia, bem como os habitantes entrevistados estão caracterizados ao longo do texto subsequente).

Para melhor exposição e para a análise mais detalhada do assunto, sentimos a necessidade de resgatar as referências gerais das experiências anteriores dos produtores locais e do grupo de especialistas franceses, bem como de uma breve exposição do projeto, seguido das principais mudanças registradas, que passaram a fazer parte integrante deste ensaio. As questões centrais do objeto da pesquisa foram examinadas à luz da teoria, numa breve revisão bibliográfica.

Contexto Histórico e Sociológico

Consideramos dois fatos anteriores ao projeto como decisivos no desenrolar do processo e fundamentais para sua sustentabilidade: a organização de base da comunidade e a experiência da equipe francesa em analisar, antropologicamente, projetos similares dentro do Nordeste. Neste ponto, podemos contrastar com o conceito de “fato social” e com a idéia de coerção social de Émile Durkheim (1858-1917), que era determinista ao apregoar, com sua “Física Social”, a impossibilidade de o homem libertar-se das instituições e estruturas sociais a ele anteriormente impostas; já nas análises da equipe citada, a abordagem é outra: a da transformação social!

A começar do segundo fato, ressaltamos a análise crítica referente aos programas elaborados e conduzidos de forma centralizada, contando com o aporte de volumosos recursos federais e estrangeiros, que aplicam esforços técnicos e administrativos enormes, mas que mantêm o dualismo do conflito de interesses das classes sociais, prevalecente na cultura brasileira, ficando, portanto, fadados ao fracasso ou à obtenção de resultados mínimos. O autoritarismo e o centralismo das decisões e ações provocam um sentimento de revolta e de resistência intensa por parte dos beneficiários dos programas, gerando desentendimentos entre os atores envolvidos no processo, sem que se perceba a real dimensão dos problemas locais.

Referendados pela análise do filósofo e psicólogo estadunidense George Herbert Mead (1863-1931), admitimos como necessidade básica de todos os seres humanos o amor ou afetividade, em suas diferentes formas de manifestações pelas diversas culturas, seguida do sentimento de superioridade em relação aos demais indivíduos. Desse modo, concluímos que, se uma população ou uma classe da população sente-se inferiorizada, ela não poderá desenvolver-se racionalmente, como dona de seus pensamentos e ações, permanecendo num intenso sofrimento por não existir ninguém que a possa ouvir e a faça se libertar. Acreditamos que as resistências e desentendimentos dentro dos programas nas condições anteriormente descritas decorrem da insatisfação dessas necessidades e da ocorrência desses sofrimentos psicológicos.

Ao mesmo tempo, as estruturas cristalizadas brasileiras, em particular as nordestinas, herdadas do período colonial, estão fundamentadas na desordem e na corrupção, que favorecem a classe dominante e permitem a manutenção do *status quo*. Dentro da desordem, há uma ordem que fere as instituições democráticas, inclusive a Constituição Brasileira e as Leis Municipais delas decorrentes. Podemos aqui nos lembrar das “estruturas sociais internas opressoras e paralisantes” com as quais o geógrafo francês Yves Lacoste (1978) caracterizava os países subdesenvolvidos, bem como da estrutura agrária e dos problemas de desenvolvimento específicos do Nordeste Brasileiro, conforme nos aponta diretamente o Dr. Remy Riand (baseado em suas experiências no Ceará, Maranhão etc). Sendo assim, não é o povo que governa, embora no discurso se diga o contrário, pois na prática se nega a participação popular. O povo sequer tem o direito de falar, pois existe apenas um mandatário, que detém o poder: a classe dominante e as instituições a seu favor. Mesmo reconhecendo este caos, con-

cordamos com o fato de que os projetos devam trabalhar com todas as instituições – sociais, políticas, religiosas etc. –, mas nas áreas de abrangência das Prefeituras Municipais, que são as mais próximas das realidades locais, pois se um projeto ficar longe da classe política, ele poderá se marginalizar e não levar às mudanças esperadas na realidade brasileira.

Destacamos a necessidade de transformar as estruturas de dominação – socioeconômicas, políticas, mentais – para que possa haver desenvolvimento em bases socialmente justas. E ressaltamos que, para tanto, é preciso dar voz e vez às classes populares, inferiorizadas e subordinadas, para que se libertem e se integrem socialmente, podendo assim construir o próprio processo de vida, junto às demais classes (cuja “distância social” ficaria bastante diminuída). É preciso que haja confiança e somente há confiança quando há dignidade, respeito e relativa igualdade, numa relação dialética. A mera imposição “de cima para baixo” dificilmente produz resultados satisfatórios, como muito já se pôde comprovar em projetos anteriores. Somente a partir da mudança cultural local, com abordagens não deterministas na implantação, poderão levar ao sucesso esse tipo de projeto! Façamos aqui alusão às teorias da subjetividade de Max Weber (1864-1920) – defensor do pluralismo causal para as questões sociais, mas cuja abordagem era determinista na formatação dos “tipos ideais” (ideal-tipo) –, e de Wilhelm Dilthey (1833-1911) – idealista e antideterminista, em cuja perspectiva das “ciências do espírito ou da cultura” a equipe francesa inspirou-se para a seleção de uma comunidade já relativamente organizada, passando a desempenhar o papel de articuladora e facilitadora de um processo verdadeiramente democrático, iniciado a partir das bases. Como princípio, a equipe defende a utilização de recursos financeiros e humanos regionais, para que se valorize o potencial local e se evite a corrupção e os desperdícios, além de minimizar os conflitos de interesses e os choques culturais.

Quanto à organização da comunidade de São Bento, destacamos dois pontos considerados relevantes e básicos para o desenvolvimento do projeto: o processo histórico de organização, com suas idas e vindas, caminhos e descaminhos, e a capacidade de liderança local, com sabedoria, honestidade e ética. O trabalho comunitário se desenvolveu a partir do Sr. Toinho, carismático líder local, de 44 anos de idade, agricultor e pequeno pecuarista que, em 1985, junto com outros cinco pequenos proprietários, começou a participar de reuniões comunitárias em localidades vizinhas, organizadas em associações, adquirindo implementos agrícolas para a sua comunidade, por meio do FADA (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura). Em 1987-88, vieram outros benefícios de programas estatais, como a construção de uma cisterna pelo Programa Estadual de Combate às Secas e o Programa de Compra Antecipada da Produção – CAPE. No depoimento do líder, constatamos que houve seriedade e força de vontade desde o início do trabalho, princípios que encontraram resposta dentro do discurso político do vereador local, Sr. Carlos Simão, e do grupo político do Governo Jereissati (estadual), para a ruptura do coronelismo e do clientelismo político e para a criação de condições propícias a um trabalho empreendedor e comunitário. A clareza e a sabedoria, que também imprimiram um marco no trabalho comunitário, sobressaem no discurso deste líder. Essa postura pôde ser apreendida em mais de um momento. Por exemplo, segundo a avaliação dele, a comunidade agiu fora dos propósitos do FADA, ao ratear os implementos agrícolas como sendo uma partilha de bens a serem divididos pela própria comunidade, contrariando seus propósitos, que seriam o da utilização individual do implemento quando necessário, mas com o retorno desses bens para a própria comunidade, pois seriam de propriedade coletiva. Relatou-nos, ainda, que surgiu a necessidade de romper com a associação vizinha em face das dificuldades para o repasse dos recursos, mas imediatamente buscou criar a própria associação, efetivada em 1988, a Associação Comunitária dos Moradores de São Bento (iniciada a partir de um grupo de vizinhos). Mais uma vez, constatamos o brilhantismo de uma mente simples, proveniente do povo sertanejo, ao nos depararmos com a seguinte atitude: por não concordar com as estratégias de lutas do Sindicato Rural do Município, que envolve (ou pelo menos envolvia) disputas violentas na aquisição de terras, o Sr. Toinho preferiu retirar-se do Sindicato, acompanhado de seus familiares e associados, à espera de uma ocasião mais oportuna para retornar. Entretanto, vendo que a liderança sindical parecia querer perpetuar-se no poder, a exemplo dos coronéis, resolveu mudar a estratégia e

construir, politicamente, nomes para fazerem parte integrante da diretoria do Sindicato e mudar a sua história (o que de fato ocorreu, mas só recentemente). O Sr. Toinho intuiu que somente com pessoas da própria comunidade dentro do Sindicato é que se poderiam renovar as idéias e redirecionar as posturas e os trabalhos associativos, cujos objetivos não seriam mais “obscuros”...

A fase de mudanças concretas foi demorada e cheia de percalços, mas seu ponto decisivo foi a articulação política para a construção de algumas vias de passagens molhadas ao longo do Vale do Riacho Forquilha, contribuindo ora para a perenização, ora para o armazenamento de água, permitindo ainda o livre trânsito nesses locais (a de São Bento-Veneza deu-se em 1992). Salientamos que o açude Riacho Verde, a 15 km a montante da localidade de São Bento (e no início do Vale do Forquilha), possui insuficiência de água para a perenização de todo o vale, o que já provocou inclusive conflitos locais, levando o Estado a desistir da idéia de gerenciar suas águas (fato ocorrido coincidentemente em julho de 1998, ao qual presenciamos trabalhando pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH, órgão estadual).

Foi esse tipo de organização local que fez o grupo de professores universitários, da UECE e da Universidade de Tours (França), bem como da UFC (como apoio), a se decidirem entre a comunidade de São Bento e a de Oiticica (no Distrito de São Miguel), optando pela primeira. Afinal, além de bem-organizada, já dispunha de uma tradição e iniciativa comunitária, faltando a articulação política para projetos mais ambiciosos, como a implantação de técnicas modernas de produção. Para esses atores, dinamizar as bases sem recursos financeiros externos, mas a partir dos recursos locais, foi a premissa. Para a comunidade, a idéia de desenvolvimento local, discutida e acatada, foi a condição para a união dos esforços. Ela aspirava a colocar em prática suas idéias, procurava o desenvolvimento do vale, mas sem abandonar as culturas tradicionais (reunião de 1996, e outras). Havia um consenso da necessidade de mudança e um dos pontos centrais foi a educação. Neste sentido, a comunidade caminhou junto com as idéias do líder político local e encontrou respaldo na política municipal.

Implantação e Execução do Projeto

Os objetivos desse projeto-Piloto do macro projeto “Pingo d’Água” são o desenvolvimento agrícola no vale do Riacho Forquilha, através da substituição das culturas de sequeiro (milho, feijão, arroz – que propiciam baixa renda, por serem produtos menos valorizados e com apenas uma colheita anual), por culturas irrigadas de frutas e hortaliças (que poderão gerar mais de R\$ 500,00 por hectare ao mês, produzindo o ano todo); bem como fomentar uma mudança cultural relativa à passagem desses padrões tradicionais para padrões modernos de produção (segundo o materialismo histórico de Karl Marx (1818-1883), a transformação sócio-ideológica implica mudanças nas relações sociais de produção!).

Além dos aspectos sociais citados, foram também fundamentais as atividades coordenadas pela equipe francesa na identificação das áreas com potencial de aproveitamento dos recursos hídricos subterrâneos nos solos de aluvião, bem como o atual processo de capacitação dos produtores para a produção de mercado, reduzindo a dependência direta das chuvas e das culturas de subsistência, visando, em última instância, à contribuição para a melhoria dos níveis de qualidade de vida da população local. Em 1998, houve um levantamento dos solos, das condições sócio demográficas e a atualização cartográfica do Vale do Forquilha, realizado por dez alunos do curso de graduação em Geografia da UECE (sob orientação do professor Dr. Luiz Cruz Lima e coordenação em campo do técnico-agrônomo Julien Burte), o que forneceu as bases para o atual processo que verificamos no local.

O riacho Forquilha é intermitente ou temporário (inserido no semi-árido nordestino) e tem um embasamento rochoso pertencente ao complexo cristalino gnáissico, coberto por depósitos de aluviões com espessuras de até 10 m. O bom potencial edafo-climático da região (apesar do período chuvoso durar apenas três meses no ano) permite o aproveitamento desses

aluviões (cerca de 500 ha no Vale do Forquilha), sendo necessária apenas a adubação orgânica do solo, pelo método da compostagem de resíduos orgânicos (criação de húmus, realizada nas próprias propriedades). A locação de poços se dá através da análise de aerofotos e do trabalho de identificação em campo, sendo que os mesmos têm vazão mínima de 8.000 L/h, vazão máxima de 45.000 L/h, e vazão média de 20.000 L/h.

É muito freqüente encontrarmos no sertão cearense, no período de estiagem (em pleno mês de outubro) – como no centro do Estado, no Sertão de Quixeramobim – uma mata ressequida de Caatinga Arbustiva Densa ou Aberta (esta última tomada pelo pastoreio e culturas de subsistência), acompanhada de uma carência profunda de água, não só para o consumo doméstico como para o animal, sobretudo nas classes mais pobres da população rural. Ou seja, tem-se a expectativa de verificar-se a verdadeira face da alta dependência da produção e da vida nordestina ao regime das chuvas, salvo pela existência de pequenos oásis verdes, formados de limitadas extensões de áreas cultivadas com forrageiras e fruteiras, à ribeirinha, ou às margens de açudes e barreiros, mais resistentes à insolação e à evapotranspiração. Tal expectativa faz parte do determinismo com que nos acostumamos a explicar, entender e atuar no semi-árido nordestino, associada aos fracassos dos projetos governamentais, à falta de integração social das classes populares na condução dos processos de desenvolvimento local, dentre outras questões de ordem social e cultural que procuraremos discutir no decorrer deste trabalho. Surpreendemo-nos, entretanto, no vale do Riacho Forquilha (de 30 km de extensão), com cerca de 1.064 famílias distribuídas em 17 comunidades, em pequenas propriedades (de 5 a 30 ha), no Distrito de Manitoba, quando nos deparamos com a abundância de recursos hídricos provenientes do subsolo e com os agricultores em plena produção, realizando simultaneamente colheita e venda de produtos. Constatamos, como exemplo, que na localidade de São Bento, onde há cerca de 42 famílias, em um dos 85 poços tubulares manuais construídos pelo projeto, com aproximadamente 4 m de profundidade, há uma vazão horária de cerca de 45.000 litros de água doce! Esses poços têm tecnologia mais barata e ocupam menos tempo, tanto na obtenção quanto na instalação, do que os cacimbões e os poços profundos tradicionalmente utilizados.

O projeto de perfuração de poços, em particular, foi aceito inicialmente com reservas, pois era preciso “ver para crer”. Mesmo as instituições estaduais mostraram-se reticentes. Na comunidade de São Bento, a perfuração dos poços permitiu a formação de dois grupos de produção: pequenos pecuaristas com aproveitamento do doce de leite e hortifruticultores. Salientamos, ainda, que há outras etapas do projeto “Pingo d’Água” implantadas em diferentes porções territoriais do Município de Quixeramobim, cujos trabalhos envolvem a mesma equipe técnica e respaldo político. A irrigação faz-se por gotejamento ou micro-aspersão ou por aspersão. Em julho de 1999, já havia 30 poços tubulares manuais instalados ao longo do Vale do Forquilha (em cerca de um ano de execução do projeto!), sendo que a meta é atingir 200 poços. Atualmente, no Município, existem cerca de 150 poços instalados, sendo 85 deles somente no projeto-piloto (Vale do Forquilha).

Chamou nossa atenção, ainda, no desenrolar do processo, a demora na implantação dos acordos institucionais, haja vista que a primeira iniciativa ocorreu em 1992 (com reuniões e convênios a partir de então), mas a primeira implantação de hortifruticultura, na propriedade do Sr. João – em São Bento – somente ocorreu entre 1998 e 1999; mas, em pouco tempo, este construiu seu poço, tomou recursos do PRONAF (do Banco do Nordeste) e realizou o plantio numa pequena área, de cerca de três hectares (sua propriedade possui 23 ha), com as culturas irrigadas de banana, maracujá, melão e mamão, tendo aproveitamento satisfatório logo no primeiro ano (também há produção de goiaba e tomate, em outras propriedades dessa comunidade; bem como o uso de mudas e sementes selecionadas, a compostagem para adubação orgânica etc.). Com a experiência positiva do Sr. João, a escavação dos poços logo se tornou realidade. Afinal, era viável para a comunidade, pois necessitava apenas de uma furadeira manual (construída pela Prefeitura, no valor de R\$ 1.500,00 e que pode perfurar vários poços, pois é de fácil manuseio e manutenção), sendo o custo dos poços muito baixos, variando de R\$ 100,00 a R\$ 200,00, conforme a necessidade de aprofundamento no solo, que pode ser de 2 a 10 m, e isto se contando com a mão-de-obra familiar (são necessárias apenas três pessoas

para esse trabalho).

Os produtores de doce de leite utilizam um processo tradicional de produção, no qual geram barras de 350 g, no valor de R\$ 0,50 cada uma, e comercializam em média 2.500 kg por semana, em Fortaleza. Estão satisfeitos com a renda obtida, em termos relativos à situação anterior de agricultores de subsistência. A experiência ficou conhecida pelo SEBRAE, que se prontificou a investir na produção. Os produtores, por sua vez, estão limitados por restrições de terras (propriedades muito pequenas), embora antevejam perspectivas de aquisição de novas terras, inclusive de aluvião. A ampliação do rebanho em bases comunitárias também poderá se dar através do Programa Estadual São Vicente, que subsidia este tipo de iniciativa. Na perspectiva do líder comunitário - Sr. Toinho - é difícil haver um retrocesso nessa escolha da produção do leite, mesmo que seja cada um por conta própria, pois o futuro de alguns deles reside na pecuária.

Já os hortifruticultores foram mais audaciosos, separando-se da Associação Comunitária dos Moradores de São Bento e criando, em setembro de 2000, a própria associação – Associação dos Produtores do Vale do Forquilha –, que os beneficiará na parte de comercialização. Como micro-empresários, o interesse pelo lucro foi determinante nesse fato. A perspectiva para esses produtores é a da melhoria e ampliação desta associação. O próprio Sr. Toinho (da Associação de Moradores) concorda com a iniciativa, embora prefira e lute pelas atividades de cunho mais coletivo (comunitário). Constatamos então que, seja qual for o tipo de produção realizado pelos habitantes de São Bento, a esperança num futuro promissor é marcante e contagiante, sendo que nenhum deles demonstrou o mínimo interesse em mudar-se para outro local qualquer!

Ressaltamos que a energia elétrica, tão importante para estas mudanças, foi recentemente obtida pela Associação Comunitária dos Moradores de São Bento, através do Projeto São José (estadual), o que mais uma vez demonstra o nível de organização da comunidade, que busca nas opções disponíveis as condições para o desenvolvimento local. A questão hídrica também foi avaliada e considerada resolvida, na medida que o poço do Sr. João sofreu uma baixa no nível da água de somente 50 cm, no último ano, mas que foi recuperada na primeira chuva de 40 mm subsequente, como exemplo. Sua experiência foi avaliada como de relativo sucesso e, no início de 2000, teve a oportunidade de realizar algumas revisões e ampliar seu projeto individual, servindo de estímulo a novos adeptos ao projeto como um todo, tais como o Sr. Antônio e o Sr. Paulo, ambos vizinhos, que se mostravam inicialmente resistentes ou que aguardavam a avaliação dos resultados daquele para ingressarem. Na colheita são introduzidos outros membros da família, mas nunca ocupando as mulheres e as crianças, que permanecem nos afazeres domésticos e nos cuidados do criatório de pequenos animais, sendo os estudos a prioridade para as crianças, conforme a opção do Sr. João. Para o Sr. Paulo, entretanto, que não dispõe de familiares na região, a alternativa foi contratar um trabalhador rural pelo preço de R\$ 5,00 por dia, mas com direito à residência e área própria para agricultura de subsistência, ou seja, uma espécie de “híbrido” de assalariado e morador-proprietário.

Uma particularidade desse projeto que o distingue de tantos outros é o fato de preservar as estruturas da terra, ou seja, de partir da realidade local concreta e dada (aí reside a sua abordagem antropológica!). Evidentemente que alguns proprietários poderão adquirir novas parcelas de terras de aluvião propícias para o projeto, mas se tratarão de iniciativas individuais, aprovadas, mas não conduzidas pela Coordenação do Projeto, pois as condições de acesso a terra não pertencem diretamente ao escopo desses técnicos.

Processo de Mudança Verificado

A partir do discurso dos produtores, das observações diretas no local e das discussões com os técnicos, estudantes e demais pesquisadores envolvidos, percebemos que a primeira e mais significativa mudança verificada em decorrência do projeto foi a tomada de consciência dos pequenos produtores locais para o potencial dos recursos disponíveis nos aluviões (água

e solos férteis). Em particular, o potencial hídrico e a sua resistência à estiagem geraram uma série de expectativas positivas, que poderão, inclusive, mudar o fatalismo em relação à chuva e aos desígnios divinos.

Como um projeto de desenvolvimento local, sentiu-se de imediato a necessidade da mudança da principal atividade, de uma produção de subsistência para uma de mercado baseada em policulturas, como condição de sobrevivência do agricultor e de sua família. Isto não significa que os agricultores tenham abandonado totalmente a agricultura de subsistência, mas apenas que a limitaram à condição de atividade complementar à vida familiar.

Entretanto, verificamos que as mudanças não se limitaram a esses aspectos. O trabalho e o nível de conhecimento técnico do produtor aumentaram consideravelmente, pelo cuidado permanente das culturas, desde o preparo e adubo das terras, ao manejo das práticas de irrigação, ao controle permanente de pragas e insetos, sem contar com os aspectos relativos aos financiamentos, comercialização, transporte e acondicionamento dos produtos. Para tanto, o agricultor é orientado pelos profissionais e estudantes franceses que prestam assistência técnica, durante todo o processo, mas que esperam permanecer apenas até que o produtor assuma totalmente a sua própria condução, quando será assistido por técnico local ainda a ser treinado pelo projeto. A produtividade é incomparável ao que se produzia anteriormente, na agricultura de subsistência. E a produção se volta para o mercado, encontrando destino assegurado no Programa Municipal de Merenda Escolar, sendo outra parte escoada para Fortaleza. Desse modo, os resultados financeiros e econômicos foram e prometem continuar sendo gratificantes em termos absolutos e relativos. O sistema de policultura permite uma produção sustentada por todo o ano e, conseqüentemente, uma melhor distribuição da renda anual (segundo depoimento do Sr. João).

Aprendemos da análise do processo histórico de organização que os produtores são levados a considerar os riscos entre serem pró-ativos e construir seus próprios destinos ou permanecerem exclusivamente dependentes dos desígnios de Deus, tal qual no antigo sistema de produção, para retirar seu sustento e melhorar as condições de vida de sua família. Constatamos que muitos deles optam pela primeira condição, ao mesmo tempo em que fomos informados da resistência de outros, que permanecem na forma tradicional, afinal a mudança também é social e psicológica (implicando mudança cultural), e não apenas de ordem técnica e financeira. Notamos que os agricultores envolvidos percebem a necessidade de uma mudança de postura a adotar, que exige um comportamento mais racional, técnico e empreendedor, totalmente oposto ao do agricultor de subsistência, embora não tenhamos captado uma atitude totalmente igual à que seria a de um micro-empresário capitalista. Observamos que eles reconhecem e desejam as possibilidades de lucro, embora, nesse momento, ainda não estejam no nível de uma economia concorrencial, mas apresentando-se, de certa forma, como uma variante de uma economia solidária. Ao mesmo tempo em que perceberam a necessidade de organização independente para fins produtivos, não deixaram de articularem-se com outros produtores para fins de comercialização, tal qual o que ocorre em termos de transporte com destino ao mercado de Fortaleza, realizado de forma complementar com os produtores de doce de leite caseiro da mesma comunidade, sendo que destes últimos poucos trabalham também com hortifruticultura, quer por questões ambientais (pela ausência de solos aluviais em suas pequenas propriedades), quer por questões sociais (por não quererem entrar num mercado capitalista, preferindo manterem-se num cotidiano comunitário, cooperativo e solidário).

Notamos que o Sr. João mostrou facilidade em repassar as técnicas de manejo das culturas e de irrigação, denotando autoconfiança na valorização de seus conhecimentos recém-adquiridos. Tivemos oportunidade de verificar que ele aprecia as oportunidades de falar e de ser ouvido, revelando-se sensível ao elogio e ao reconhecimento público. Para utilizar a energia elétrica instalada pelo Governo estadual (Projeto São José), de custo um pouco elevado para os padrões desses moradores, o produtor (Sr. João) passou, no último mês, a fazer a maior parte das suas atividades no período noturno, e somente aquelas culturas que exigem maior cuidado são conduzidas durante o dia. O horário de trabalho poderá vir a ser mais uma das mudanças tomadas a partir das necessidades do projeto, inicialmente aceito pelo agricul-

tor, mas ainda não totalmente assimilado no cotidiano dele e de sua família, cujas conseqüências ainda não se pode avaliar, dada a precocidade da ação.

Quando interpelado sobre os planos para o futuro, o Sr. João retoma, aparentemente, uma atitude determinista, ao responder que “o futuro a Deus pertence, embora só tenha plano para coisas boas”. Esta forma de falar provavelmente seja apenas um hábito religioso, dado que, anteriormente, apontara seus resultados e mostrara uma expectativa de renda suficiente para uma melhoria alimentar, das condições de vida da família, estudo das crianças e capacidade de pagamento do empréstimo. A sua maior satisfação em relação ao projeto é de poder colher rapidamente seus benefícios e comprovar suas expectativas: “estou satisfeito porque começa e dá ligeiro!”.

Por dois momentos, notamos certa dependência do Sr. João em relação ao profissional francês que dá assistência técnica ao projeto (Sr. Burte), uma de ordem profissional e outra de ordem afetiva! Mas, analisando, concluímos ser natural a dependência nos dois termos, primeiro porque o Sr. João está tendo um aprendizado na prática, no desenrolar dos acontecimentos; depois porque, como o Sr. João foi o pioneiro, a sua decisão deve ter sido tomada a partir de um processo de confiança mútua, que o levou ao nível de uma relação de amizade com o técnico francês, para “aventurar-se no desconhecido”, na mudança técnica e cultural que estava adentrando. O técnico, por sua vez, faz as devidas orientações de acordo com as necessidades específicas.

O Sr. Quinor (Joaquim) é mais fluente e mais espirituoso, tornando seu discurso contagiante pela expectativa de sucesso. Está muito entusiasmado com a rapidez do processo e com a produtividade. Faz questão de enfatizar seu desempenho pessoal no curso que está sendo promovido pela EMATERCE. Entretanto, sua eloqüência e repetição lançam dúvidas quanto à sua autoconfiança (seriam para disfarçar um real sentimento de inferioridade?). Este agricultor, que no início era bastante desconfiado, acreditando apenas na terra e em Deus, agora diz acreditar também na técnica... Mas continua “com um pé atrás”, ao declamar “a falha dos outros, a terra encobre; a falha do agrônomo, a terra descobre!”.

De qualquer forma a assistência técnica passa por uma condição de sucesso ou de continuidade do projeto. A expectativa do Sr. João, por exemplo, é colocada muito claramente: “temos que continuar no futuro com alguma assistência técnica”.

Conclusão Parcial

Pela pesquisa de campo, leitura e reflexão empreendidas nesses poucos dias, percebemos já uma relativa melhoria do nível de renda em São Bento, onde o agricultor pode repartir seus ganhos para garantir a continuidade da produção, pagar o financiamento e atender às necessidades básicas de sua família e até elevar o seu nível de qualidade de vida. Observamos que a residência do Sr. João, além de dispor de uma entrada de água encanada e de sanitário, possui equipamento de som, televisor e fogão a gás, todos em aparente bom estado, denotando aquisição recente.

No aspecto econômico-financeiro, destacamos como ponto positivo a passagem da monocultura para a policultura, que oferece melhores condições de obtenção de renda frente aos riscos, pois uma cultura poderá cobrir os prejuízos da outra, caso isto ocorra, além das vantagens da rotatividade no uso do solo.

Percebemos que os agricultores envolvidos no projeto põem como problema resolvido o abastecimento de água. São menos confiantes, entretanto, quanto à dependência da assistência técnica, o que se torna o ponto vulnerável do Projeto no que tange à sua sustentabilidade. A equipe técnica francesa, contudo, está consciente do problema e já apontou, como solução, treinar pessoas interessadas, do próprio Município, que possam se dedicar ao Projeto, já que não se trata de um simples emprego (a exemplo do que hoje faz a equipe francesa), pois tratar-se-á da própria cotidianidade local!

Notamos que cada agricultor tem uma experiência particular no projeto, tendo em vista fatores subjetivos que implicam mudanças comportamentais e mentais. Pelo discurso do

líder comunitário (Sr. Toinho), vemos aspirações imediatas e de futuro, baseadas na reflexão de lutas e estratégias empregadas, uma confiança advinda de um processo histórico de trabalho comunitário. Já o Sr. João parece ambíguo, às vezes mostrando sentimento de igualdade e confiança, noutras mantendo-se na retaguarda, ligeiramente resistente e desconfiado. O Sr. Quinor, então, mostra um relativo sentimento de inferioridade, pois insiste em reafirmar e ressaltar suas qualidades, quando estas não estão sendo questionadas.

Acreditamos que como o processo ainda está em curso, poderão ocorrer múltiplos desfechos, a considerar pelas características individuais e os aspectos subjetivos que envolvem o processo de mudança, embora apostemos na sua reprodução e sustentabilidade, dado o processo organizativo de base e a liderança comunitária existentes. Isto dependerá de algumas condições, tais como a iniciativa e a perseverança dos próprios habitantes locais. Assim, somos otimistas e corroboramos a opinião dos que tratam o processo como irreversível, mesmo reconhecendo que nem todos venham a fazer parte dele, e isto muito mais por falta de informação e decisão própria (de foro íntimo) do que por quaisquer outras deliberações em contrário, já que o Projeto está obtendo sucesso...

Referências Bibliográficas

- BURTE, Julien e SCHRADER, Gerhard Otto. Projeto Pingo d'Água – Relatório Parcial das Atividades – Julho/1998. (Prefeitura Municipal de Quixeramobim e Univ. Estadual do Ceará).
- BURTE, Julien e SCHRADER, Gerhard Otto. Projeto Pingo d'Água – Relatório Parcial das Atividades – Levantamento Social-Demográfico e Atualização da Cartografia do Vale do Forquilha – Outubro/1998. (Prefeitura Municipal de Quixeramobim e Univ. Estadual do Ceará).
- BURTE, Julien e SCHRADER, Gerhard Otto. Projeto Pingo d'Água – Relatório Parcial das Atividades – Julho/1999. (Prefeitura Municipal de Quixeramobim e Univ. Estadual do Ceará).
- Cartas Topográficas da Sudene (confeccionadas pelo Ministério do Exército - Divisão de Serviços Geográficos) folhas SB.24-V-D-III - Quixeramobim e SB.24-V-D-II - Boa Viagem, na escala de 1:100.000 (1991).
- LACOSTE, Yves. Geografia do Subdesenvolvimento. São Paulo: Difel, 1978.
- Notas de aula e orientação da pesquisa, em campo: professor Dr. Remy RIAND - Disciplina: Mudanças Culturais como Mudanças Técnicas no Semi-Árido: uma Abordagem Antropológica; cooperação, em campo, dos colegas pesquisadores: Clairton Ciarlini, Maria Aletheia Stedile Belizário, Maria Crizalda Ferreira dos Santos, Maria Lianeide Souto Araújo Saraiva - UECE - Mestrado Acadêmico em Geografia (2000).